

TSE acata propostas do MPSP sobre fake news e financiamento eleitoral

Sugestões apresentadas foram incorporadas às resoluções do processo eleitoral

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acolheu sugestões apresentadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) durante o ciclo de audiências públicas que discutiu as normas que irão reger as eleições de 2026. As contribuições foram apresentadas pelo promotor Jaime Meira do Nascimento Junior, da Assessoria Eleitoral da instituição, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Relações Institucionais.

As resoluções aprovadas pelo tribunal atualizam o conjunto de regras que orientam o processo eleitoral brasileiro e buscam responder a desafios recentes, como a disseminação de desinformação nas plataformas digitais e a necessidade de ampliar mecanismos de transparência e inclusão nas campanhas.

Entre os pontos incorporados está o aprimoramento das normas voltadas ao enfrentamento da desinformação no ambiente digital. A proposta defendia que a regulamentação deixasse de ser apenas remissiva e passasse a prever de forma expressa a adoção de medidas preventivas e repressivas, com prioridade e celeridade na análise de casos envolvendo conteúdos enganosos.

Na redação final das resoluções, o tribunal estabeleceu mecanismos mais ágeis para a retirada de conteúdos falsos ou enganosos, especialmente aque-



Sugestões foram apresentadas durante audiências públicas que discutiram regras eleitorais

les produzidos com uso de inteligência artificial. Também ficou previsto tratamento prioritário para essas ocorrências no âmbito da Justiça Eleitoral, com o objetivo de proteger a liberdade do voto e a legitimidade do processo eleitoral.

Outra sugestão acolhida diz respeito à proteção das políticas de ação afirmativa no financiamento de campanhas. O MPSP propôs que o desvio de recursos destinados a candidaturas de mulheres, negros e indígenas seja caracterizado sempre que

não houver benefício efetivo e direto para esses grupos.

A corte eleitoral incorporou a proposta ao estabelecer que o ilícito pode ser configurado independentemente do valor envolvido, bastando a demonstração de que os recursos não foram utilizados em favor dessas candidaturas. A medida busca reforçar o combate ao uso de candidaturas fictícias como forma de burlar a destinação obrigatória de verbas previstas na legislação eleitoral.

No campo da propaganda eleitoral, as contribuições tam-

bém resultaram em maior controle sobre o impulsionamento de conteúdos na internet. O MPSP havia alertado para o risco de abuso do poder econômico por meio da utilização de terceiros para financiar campanhas digitais.

Ao final do processo normativo, o TSE manteve a possibilidade de impulsionamento por pessoas naturais, mas estabeleceu mecanismos de transparência e rastreabilidade. A contratação do serviço deverá ser realizada diretamente com as plataformas digi-

tais, e os dados dessas operações deverão constar em repositórios públicos, permitindo maior fiscalização por parte da Justiça Eleitoral, do Ministério Público e da sociedade.

Ajustes nas resoluções

As contribuições do MPSP também foram incorporadas em aspectos mais técnicos das resoluções. Uma das sugestões apresentadas pela instituição buscava aperfeiçoar o regime de sanções aplicáveis à propaganda eleitoral irregular, com a inclusão mais clara das bases legais que fundamentam a aplicação de multas.

Segundo o tribunal, a medida tende a facilitar a aplicação das penalidades e dar maior segurança jurídica às decisões da Justiça Eleitoral. As resoluções também passaram a prever critérios de acessibilidade para materiais de propaganda impressa em braile, considerando o número de eleitores com deficiência visual registrados.

Para o MPSP, as normas aprovadas refletem um esforço de atualização do sistema eleitoral diante das transformações no ambiente digital e da necessidade de fortalecer mecanismos de fiscalização e inclusão nas campanhas. A instituição destacou que a participação nas audiências públicas buscou contribuir para o aprimoramento das regras que orientam um dos momentos centrais da democracia.

IPVA: 3ª parcela para placas final 3, 4 e 5 vence hoje

Divulgação/Governo de SP

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) segue com o calendário de pagamento do IPVA 2026 neste mês de março. O cronograma contempla veículos com placas de final 3, 4 e 5. Como os vencimentos das placas 3 e 4 caem no fim de semana dos dias 14 e 15, os proprietários poderão quitar a terceira parcela na segunda-feira (16), data prevista para o pagamento da placa final 5.

A consulta do valor pode ser feita nos bancos, com o número do Renavam, ou no portal da Sefaz-SP. Assim como no ano passado, o calendário de parcelamento mantém vencimentos fixos no mesmo dia de cada mês, sendo transferidos para o próximo dia útil quando coincidirem com fins de semana ou feriados.

No estado de São Paulo, o Pix



Alíquota para os carros de passeio é a mesma do ano passado

é a forma preferencial de pagamento. O QR code é gerado exclusivamente no site da secretaria e pode ser pago em mais de 900 instituições financeiras. Também seguem disponíveis opções como internet banking, caixas eletrônicos, lotéricas e cartão de crédito.

O contribuinte que atrasar o pagamento está sujeito a multa diária de 0,33% e juros com base na taxa Selic, limitada a 20% do valor do imposto após 60 dias. Caso o débito permaneça em aberto, ele pode ser inscrito na Dívida Ativa.

200 novas ambulâncias e vans para a saúde

O Governo de São Paulo iniciou a entrega de novos veículos para reforçar o transporte de pacientes na rede pública de saúde em municípios do estado. A iniciativa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo prevê a distribuição de veículos para as 645 cidades paulistas, com o objetivo de ampliar o acesso a consultas, exames e tratamentos e fortalecer o transporte sanitário.

A primeira etapa contempla 200 veículos, sendo 80 ambulâncias e 120 vans, destinados ao deslocamento de pacientes para atendimentos como hemodiálise, quimioterapia e radioterapia. O investimento inicial é de cerca de R\$ 53 milhões e novos repasses já foram autorizados para ampliar a frota destinada aos municípios.

Os veículos são zero quilômetro e contam com equipa-

mentos voltados à segurança e ao conforto dos pacientes. As ambulâncias possuem maca retrátil, sistema de oxigênio, iluminação em LED e sinalização visual e sonora, sendo destinadas principalmente à remoção eletiva. Já as vans têm capacidade para até 15 passageiros, com poltronas reclináveis e climatização com tecnologia de purificação do ar.

Durante o anúncio, o governo também autorizou a doação de um terreno para a construção de um hospital oncológico em Itu, em parceria com a Fundação Amaral Carvalho e a prefeitura. A unidade deverá atender dezenas de municípios da região, ampliando o acesso ao tratamento especializado e reduzindo a necessidade de deslocamentos para outras cidades, especialmente para pacientes oncológicos.